

# Assim vai o Défice

Liga do Crescimento • Julho 2017

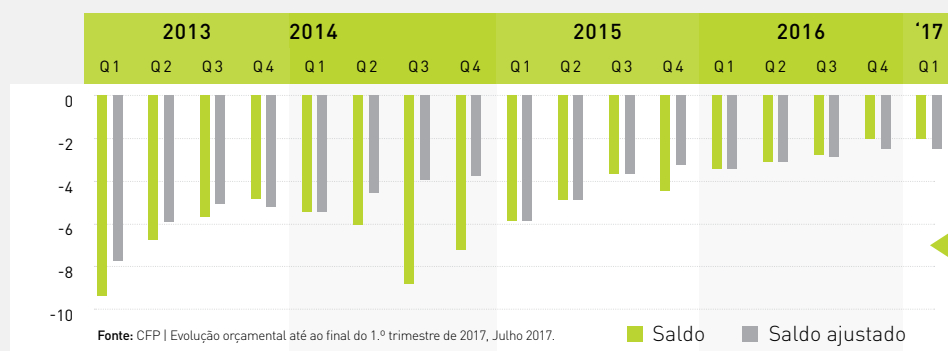


O défice das Administrações Públicas no 1º trimestre de 2017 foi de 2,1% do PIB (966 milhões de euros), ligeiramente superior ao verificado no final de 2016 (2,0%), mas significativamente inferior ao verificado no período homólogo (3,3%). O objetivo

fixado no Orçamento do Estado para este ano é que o défice das Administrações Públicas atinja o 1,6% do PIB. No défice do 1º trimestre de 2017, ainda não refletido o impacto da recapitalização da CGD que entretanto se iniciou.

## SALDO ORÇAMENTAL ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

% PIB

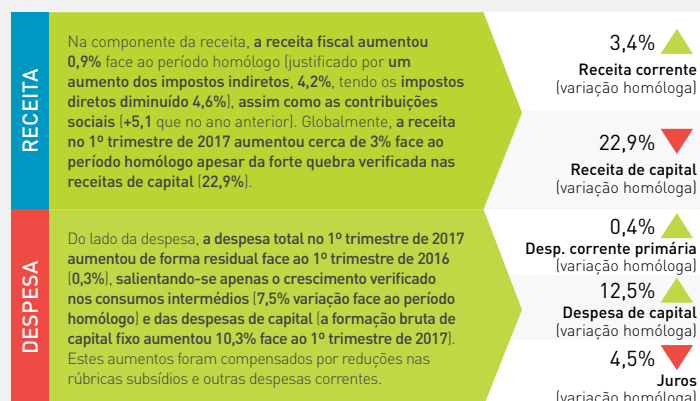
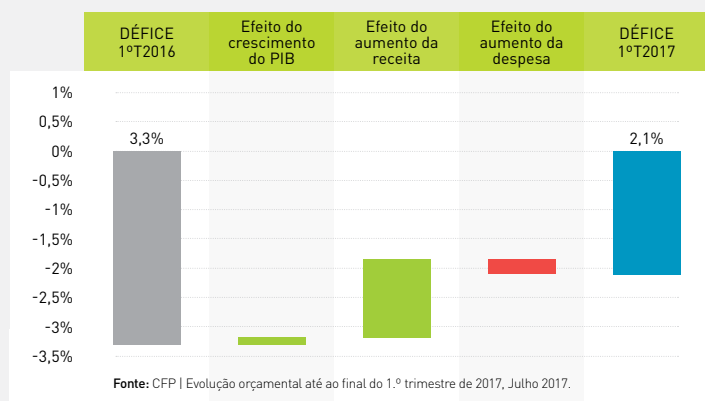


No último trimestre de 2016, 0,4p.p. dos 2,0% de défice concretizado foram atingidos por via de medidas temporárias que foram aplicadas. Neste 1º trimestre de 2017, o valor do saldo observado e do saldo ajustado é igual, uma vez que não foram aplicadas medidas desta natureza no período de referência (embora existam previsões desta natureza com impacto na receita em sede do Orçamento do Estado para 2017).

Saldo ajustado é o saldo observado menos medidas temporárias, como por exemplo capitalização de bancos.

## DECOMPOSIÇÃO DO AJUSTAMENTO DO DÉFICE | 1º TRIMESTRE DE 2016 E 2017

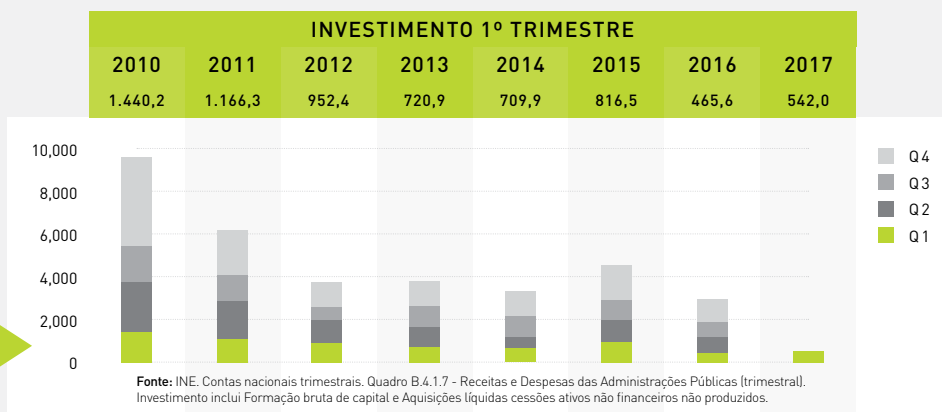
% PIB



## INVESTIMENTO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

M€

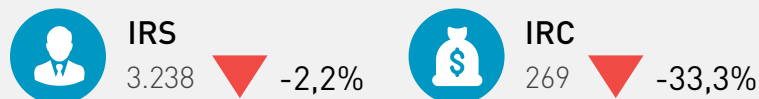
A concretização dos objetivos definidos em 2016 para o défice das administrações públicas foi em parte concretizado devido a uma forte quebra no investimento público (despesa de capital). No 1º trimestre de 2017, denota-se uma ligeira recuperação do despesa de capital por comparação ao período homólogo, contudo, o valor é inferior ao verificado no primeiro trimestre de qualquer um dos anos compreendidos no período 2010-2015.



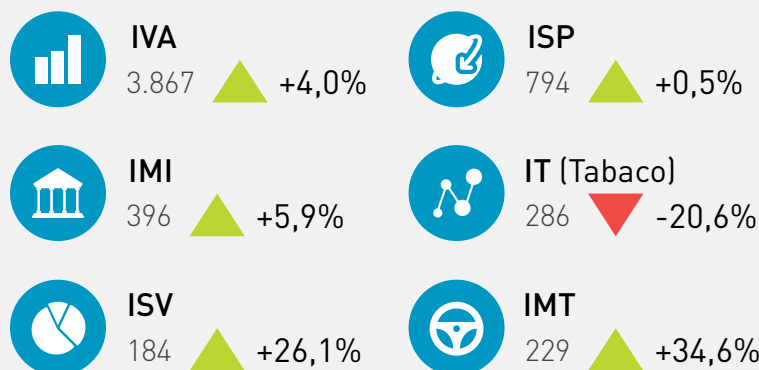
## DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA FISCAL 1º TRIMESTRE 2017 (PRINCIPAIS RÚBRICAS)

M€ e variação face a 1º trimestre 2016

### IMPOSTOS DIRETOS



### IMPOSTOS INDIRETOS



Fonte: CFP | Evolução orçamental até ao final do 1.º trimestre de 2017, Julho 2017.

No que concerne à receita fiscal, denotou-se neste primeiro trimestre de 2017 uma redução da receita fiscal decorrente de impostos diretos (-4,6% do que no período homólogo), com particular destaque para a quebra verificada no IRC, mas um reforço da receita decorrente dos impostos indiretos: A receita relativa ao IMT subiu mais de 30% face ao mesmo período do ano anterior, o ISV mais de 25%, destacando-se ainda a quebra no imposto sobre o tabaco.

É importante que as disponibilidades orçamentais sejam canalizadas para o reforço da competitividade da economia, contribuindo para que se criem condições para um crescimento sustentado do PIB e do emprego. A saída do procedimento de défice excessivo oferece maior flexibilidade na realização de algumas despesas relacionadas com reformas estruturais e investimento público, maior credibilidade junto de investidores, mas é uma saída que nos impõe ainda um conjunto de metas a atingir ao nível do saldo estrutural (saldo

corrigido do efeito cíclico e de medidas extraordinárias) e da dívida pública.

O caminho da consolidação deve continuar a ser percorrido, este caminho da consolidação só pode passar pela prioridade à economia, às empresas, à competitividade. Só um nível de crescimento acelerado e acima do que temos vindo a verificar permitirá resolver os constrangimentos profundos que afetam os portugueses e as gerações futuras, problemas como o défice, a dívida pública, a sustentabilidade da segurança social.

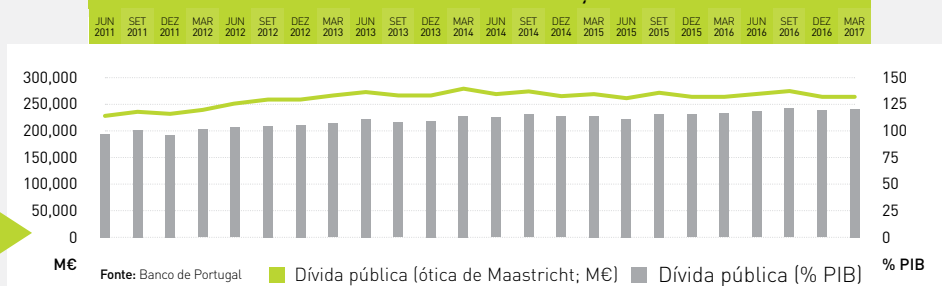
## SAIR DO PROCEDIMENTO DE DÉFICE EXCESSIVO OBRIGARÁ A...

REDUZIR A DÍVIDA PÚBLICA:

**60% DO PIB, REDUZINDO PELO MENOS 1/20 POR ANO**

A saída do procedimento de défice excessivo, obrigará Portugal a cumprir metas anuais de redução da dívida pública por forma a atingir os 60% do PIB. No 1º trimestre de 2017, a dívida pública fixou-se nos 130,5% do PIB e em cerca de 243.487 milhões de euros, acima dos 128,9% do PIB verificados no período homólogo (233.300 milhões de euros). Ainda assim menor que o valor verificado em setembro de 2016.

### DÍVIDA PÚBLICA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS



#### A Missão Crescimento

A AMC - ASSOCIAÇÃO MISSÃO CRESCIMENTO é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, que tem por objeto o lançamento de iniciativas que visem a identificação de ações e medidas concretas para a promoção do crescimento da economia portuguesa.

Tem como associados e patrocinadores a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Economistas, o Fórum dos Administradores de Empresas, o Projeto Farol/Deloitte e a CIP - Confederação Empresarial de Portugal.

#### Ficha técnica

Data de publicação: Julho/2017  
Direção: Paulo Carmona  
Edição: Filipa Sousa Santos

Esta publicação foi elaborada em colaboração com a Deloitte.

#### Contacte-nos através de:

WebPage: [www.missaocrescimento.com](http://www.missaocrescimento.com)  
Facebook: [www.facebook.com/AMCrescimento](http://www.facebook.com/AMCrescimento)  
E-mail: [info@missaocrescimento.com](mailto:info@missaocrescimento.com)

Morada: a/c FAE Rua da Junqueira, nº 39 - 2º Piso | 1300-307 Lisboa  
Telefone: +351 21 3618250